



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 100ª
(CENTÉSIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 4 DE NOVEMBRO DE 2009.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Geraldo Naves a secretariar os trabalhos da Mesa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 205 - Suplemento, de 12/11/2009, juntamente com a ata sucinta da 100ª Sessão Ordinária.)

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

- Ata da 99ª Sessão Ordinária.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Esta Presidência pergunta aos Deputados se podemos abrir mão dos horários destinados aos Comunicados de Parlamentares e aos Comunicados de Líderes e passar à apreciação dos projetos que constam da Ordem do Dia, uma vez que a hora já está avançada. (Pausa.)

(Intervenções fora do microfone)

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicado de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, gostaria apenas de registrar que estive hoje na Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, onde protocolei uma representação para que a Secretaria investigue este cartel de combustíveis que existe no Distrito Federal. Também investiguei o porquê dos preços abusivos que são praticados pelos postos de gasolina do Distrito Federal.

Sr. Presidente, aproveito para reiterar o que disse ontem: Brasília tem o preço mais caro entre as Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul. O preço médio da gasolina, em Brasília, é de R\$ 2,73; em Goiânia, R\$ 2,58; Belo Horizonte, R\$ 2,38; Campo Grande, R\$ 2,54, e São Paulo, R\$ 2,38. Em Anápolis, Sr. Presidente, que fica a 140 km do Distrito Federal, o preço médio do litro de gasolina é R\$ 2,54. Vale observar que o preço médio que os postos de gasolina do Distrito Federal pagam aos distribuidores é de R\$ 2,23; em Anápolis, o preço médio é de R\$ 2,27. Portanto, em Anápolis, os postos compram combustível das distribuidoras por um preço acima do que Brasília paga, só que o preço final ao consumidor aqui no Distrito Federal é bem acima do cobrado em Anápolis. Enquanto, em Brasília, o consumidor paga R\$ 2,73, em Anápolis, paga R\$ 2,54!

Isso prova e mostra, Sr. Presidente, o quanto essa questão dos combustíveis é grave aqui no Distrito Federal. Aqui, a margem de lucro é de 49 centavos por litro, mais do que o dobro da margem da cidade de Belo Horizonte, que é de 21 centavos por litro de gasolina; ou seja, os preços praticados pelos postos de combustíveis no Distrito Federal são abusivos!

Protocoliei essa representação na Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça e espero que esse órgão aja e produza um resultado prático desse encaminhamento, porque é isso que a população espera.

Era o que tinha a dizer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa. (Pausa)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Pergunto ao Deputado Geraldo Naves se V.Exa. abre mão de fazer uso da palavra.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Abro mão.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Deputado Benício Tavares, V.Exa. abre mão de fazer uso da palavra?

(Intervenção fora do microfone.)

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, hoje eu ouvia um noticiário televisivo e me ocorreu a correção de um comentário feito acerca da Secretaria de Saúde.

Houve uma exoneração que se deu no ar. De toda sorte, eu acho que é absolutamente desrespeitosa essa forma de exonerar um médico, chefe de equipe, que, segundo o Secretário, tinha comunicado ao SAMU e ao Corpo de Bombeiros para não encaminharem pacientes em situação de urgência àquele hospital, porque não havia como atendê-los. Dizia o Secretário, na reportagem, que o médico deveria ter comunicado à gerência do próprio hospital os procedimentos; nesse sentido, esse médico, chefe de equipe, foi exonerado no ar.

Se o Secretário conhecesse um pouco mais da Secretaria de Saúde, saberia que não há como exonerar esse médico porque chefe de equipe não é uma função comissionada da qual pode haver exoneração, é uma relação contratual. O médico é chefe de equipe. Da mesma forma, poderia estar lotado na Ginecologia ou em qualquer unidade do hospital. Portanto, ele não poderia ser exonerado. Deveria ser demitido e, para isso, deveria haver um processo administrativo.

Mas o que mais me surpreende é que, no mesmo dia da reportagem, pela manhã, Deputado Rogério Ulysses, o médico que foi exonerado indevidamente pelo Secretário, por desconhecimento da estrutura da Secretaria de Saúde, comunicou à Gerência de Emergência do Hospital Regional que não havia anestesistas disponíveis para o atendimento de urgência. O médico fez o que o Secretário disse que ele não havia feito e que, por isso, estaria sendo exonerado. O médico solicitou à Gerência de Emergência que comunicasse ao CIADE, ao SAMU, ao Corpo de Bombeiros e à Secretaria de Saúde que não havia como o hospital proceder a atendimento de urgência.

O médico fez tudo o que é previsto no Código de Ética Médica e foi exposto pelo Secretário de Saúde. Foi exonerado, desrespeitado no exercício da sua profissão! Exonerado de um cargo que ele não possuía — pois não era cargo comissionado — e acusado de ter comunicado algo diretamente ao SAMU e ao Corpo de Bombeiros. Isso foi algo que ele não fez, pois comunicou à Gerência de Emergência. Esse médico está de licença de médica. Está de licença médica em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

função de um processo de absoluto desrespeito do Secretário de Saúde para com o exercício dessa profissão.

Então, penso eu que cabe ao Secretário de Saúde pedir desculpas publicamente a esse profissional. Não se trata um profissional dessa forma! Não se trata um profissional como bode expiatório para a ausência de capacidade de gestão da Secretaria de Saúde. Por si só, a demissão ou exoneração de um profissional não resolveria o problema. O Secretário deveria desculpar-se com a população, dizendo e explicando porque não havia anestesistas para poder atendê-la em situação de urgência, em vez de oferecer um profissional de anos de atuação exemplar na Secretaria de Saúde em uma bandeja como responsável pela ineficiência e inoperância da gestão da Secretaria de Saúde. O Secretário e a Secretaria de Saúde não deveriam estar pressionando e trabalhando para exonerar — como de fato exoneraram — um defensor público que apenas impetrava ações para a população de baixa renda a fim de esta ter direito à vida. A solução da Secretaria de Saúde foi ameaçar o defensor em vez de corrigir as lacunas e as violações que faziam com que a população recorresse à Defensoria Pública para ter seu direito constitucional e humano de atenção à saúde respeitado.

Por isso, eu venho aqui, Sr. Presidente, para dizer que, no mínimo, cabe à Secretaria de Saúde estabelecer desculpas publicamente ao profissional que seguiu cabalmente o regimento e o Código de Ética Médica e que foi exonerado pela televisão e exposto como um profissional sem responsabilidade.

O Secretário tem que responder muita coisa. Responder por que cerca de 25 milhões já foram despejados no Hospital de Santa Maria para a Real Sociedade Espanhola, e o hospital não está nem com 15% da sua capacidade de funcionamento. Quase a metade disso foi o investido em toda a rede de Saúde. Antes de se desculpar frente à população por estar naquele cargo sem competência para tanto, o Secretário deve desculpas ao médico exonerado e desqualificado publicamente sem nenhuma razão.

Era isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (Bloco Parlamentar Democrático Progressista. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero primeiro agradecer a oportunidade de fazer uso da palavra nesta tarde e cumprimentar aqui as pessoas que trazem a esta Casa uma proposta de lei em relação ao combate ao tabagismo, um projeto de autoria da sociedade e que foi assinado por vários Parlamentares. Eu queria cumprimentá-los, dar-lhes as boas vindas e me solidarizar com esta causa e com o texto apresentado por vocês.

O que me traz à tribuna hoje, Sr. Presidente, é que sempre viemos aqui, Deputado Milton Barbosa, para questionar, para levar as nossas críticas. Deputado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Raad Massouh, Deputado Reguffe, quero dizer que venho hoje comemorar. Venho comemorar e parabenizar o Deputado Alírio Neto, que atualmente é Secretário de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania. S.Exa., Deputado Reguffe – ainda que, na minha avaliação, de forma tardia, porque essa decisão já deveria ter sido tomada há mais tempo –, publicou hoje no Diário Oficial do DF um decreto, e é por isso que estou comemorando, que cria uma comissão para analisar a possibilidade do encampamento; este é o termo técnico que se utiliza (*sic*). De fato, o que quero dizer é o seguinte: a retomada da administração do cemitério Campo da Esperança para o Governo do Distrito Federal, Deputado Raad Massouh.

Eu quero comemorar essa iniciativa porque, durante as investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito, o Deputado Benício Tavares, o Deputado Reguffe e a Deputada Erika Kokay sabem da quantidade de denúncias e de problemas que nós encontramos referentes à administração do cemitério Campo da Esperança. O que quero sugerir é que nos antecipemos, inclusive, ao trabalho da comissão, e convoquemos os membros dessa comissão, ou seja, o Sr. João Marcelo, o Sr. Edson Soares, o Sr. Geraldo Magela de Rezende e a Sra. Aline Magalhães, para virem à Câmara Legislativa, inclusive na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar. Que se convoque essa comissão na Câmara Legislativa para que nós, que fizemos a investigação da CPI dos Cemitérios, possamos subsidiá-la com as informações necessárias e fortalecer os argumentos da encampação do cemitério Campo da Esperança.

Se for essa comissão, Deputada Erika Kokay, o instrumento legal que possibilitará a retomada dessa administração, eu gostaria de ter a oportunidade de subsidiá-la, além do relatório que foi entregue, e falar, de fato, de tudo aquilo que vimos nos meses de investigação, em que V.Exa. deu uma contribuição importantíssima nos trabalhos da CPI.

Eu tenho certeza de que, se convocarmos essa comissão e tivermos a oportunidade de colocar pessoalmente tudo o que vimos, iremos fortalecer a tese da encampação do cemitério e da retomada da administração pelo serviço público.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Ouço com muita honra o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Deputado Rogério Ulysses, acho extremamente interessante e tem todo o meu apoio a proposta lançada por V.Exa.

Acho que essa comissão não há que efetivar um retrabalho. Existe um trabalho já feito por esta Casa de profundo valor. Então, creio que nós deveríamos, ou poderíamos, ainda hoje, aprovar o convite desta comissão, porque, eu acho, a comissão tem todo o interesse em conversar com os membros da CPI, para que possamos discorrer sobre todo o trabalho da CPI nesses meses.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Acho que, se me permite V.Exa., poderíamos já providenciar um requerimento para acolhermos nesta Casa esta comissão, convidando-a para, junto com os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Cemitérios, efetivarmos uma discussão, porque, V.Exa. tem razão, Brasília é o único lugar do País onde não há cemitérios públicos e onde todos os cemitérios estão com um único administrador. Portanto, o Distrito Federal não só é o único lugar em que não há cemitérios públicos, como é o único lugar onde há o monopólio dos serviços de cemitérios e de sepultamento.

Deputado Reguffe, V.Exa. tem razão, e tem o meu apoio. E se me autorizar, já providencio para que possamos fazer e aprovar ainda hoje esse requerimento, com a assinatura de todos os Parlamentares, porque creio que é a valorização da Casa e dos direitos do povo do Distrito Federal.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Deputada Erika Kokay, agradeço o aparte de V.Exa., e acho que seria oportuno se fosse confeccionado, já de pronto, o requerimento – acredito, de convocação de fato – para que essa comissão venha à Câmara Legislativa e possa ouvir os Deputados Reguffe, Benício Tavares, V.Exa. e a mim, que durante meses nos dedicamos a esse tema.

DEPUTADO REGUFFE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Primeiro, Deputado Rogério Ulysses, quero parabenizar V.Exa. pela seriedade não só do seu pronunciamento, mas do seu mandato nesta Casa. Isso eu tenho que falar e reconhecer de público e fazer esse reconhecimento. Segundo, eu queria dizer sobre essa questão dos cemitérios: antes tarde do que nunca. Fico feliz de o Governo, agora, querer ir em cima deste tema tão debatido por nós e a que, infelizmente, o Governo até agora não deu sequência. Espero que agora, com essa decisão, dê.

Por último, Sr. Presidente, queria me congratular com as pessoas que estão aqui na galeria com relação a essa questão do cigarro, do fumo, porque penso que essa é uma questão de saúde pública. São Paulo saiu na frente, e esse projeto, pelo que eu li e assinei, melhora o projeto de São Paulo. Eu acho que essa é uma questão de saúde pública, muito importante e muito cara para a sociedade.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Agradeço o aparte de V.Exa. Deputado Reguffe.

DEPUTADO RAAD MASSOUH - Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) - Srs. Deputados, eu gostaria, Sr. Presidente, além de parabenizar a iniciativa e parabenizar todo esse diálogo, de dizer que o item nº 29, que está na pauta do dia,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

é o Projeto de Lei nº 1.129, de 2009, de minha autoria, que “dispõe sobre a criação de cemitérios públicos populares no âmbito do Distrito Federal”.

Então, é um bom momento para votarmos esse projeto, também.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Deputado Raad Massouh, agradeço o aparte de V.Exa.

E quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que – como eu sempre disse – a CPI dos Cemitérios não era um fim em si mesmo. E tenho aqui a honra de elogiar publicamente o Deputado Alírio Neto pela iniciativa.

Espero que não fique apenas na iniciativa. Por isso acho importante convocarmos essa comissão, dialogarmos, com o objetivo de subsidiar essa comissão de informações para que, de fato, possamos romper definitivamente com esse modelo de gestão e sugerir um modelo de gestão mais humano, mais justo para a questão dos serviços funerários no Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Brunelli. (Pausa.)

Concedo a palavra Deputada Eurides Brito. (Pausa.)

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, pelo que eu entendi, desculpe-me se eu estiver equivocada, V.Exa. está de acordo em que nós apreciemos o requerimento que formata a proposta feita pelo Deputado Rogério Ulysses acerca da Comissão dos Cemitérios, para que essa comissão, criada pela SEJUS, venha aqui conversar com os membros da CPI, com os Parlamentares em geral. Solicito que apreciemos isso hoje ainda. Essa é a minha solicitação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito a V.Exa., se há acordo entre os Líderes ou entre os Parlamentares, que recolha as assinaturas, envie-as para a Mesa, e eu vou...

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Há disposição, em princípio, para apreciarmos hoje ainda.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está bem. Vamos tentar.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Obrigada, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa-tarde. Deputado Cabo Patrício, V.Exa. está mais calmo? Ficou mais calmo depois que chegou?

Deputado Rogério Ulysses, eu gostaria de me reportar ao pronunciamento de V.Exa. e dizer que concordo com ele, inclusive com o elogio ao Deputado Alírio Neto. Não concordo com o Sr. Flávio Lemos, que ontem foi para a televisão fazer gracinha, falar bobagem. Quando o gestor quer resolver, pode começar como fez o Deputado Alírio Neto. S.Exa. não pode assinar decreto, decreto só o Governador, mas já deu um passo. Não precisava de decreto, não. Bastava iniciar logo os trabalhos. Tenho certeza de que Brasília voltará a ter os seus serviços de cemitérios dirigidos pelo próprio Estado — dá outro resultado.

Agora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos numa fase em que as pessoas, as autoridades, os líderes, os Parlamentares, aqui ou ali, acenam com possíveis vantagens a segmentos da sociedade.

Eu estive hoje com 2 cidadãos no meu gabinete que vieram me convidar para um encontro com o Governador Arruda, com o Deputado Paulo Roriz e com o Deputado Izalci Lucas, no Estádio Serejinho. Averiguando o convite, verificamos que a entidade que estaria por trás desse convite seria a Nação Piauí. Diz aqui: "A Nação Piauí tem a honra de convidá-lo para uma grande reunião com o Governador José Roberto Arruda, o Secretário de Habitação Paulo Roriz, e o Secretário de Tecnologia Deputado Izalci. Local: Ginásio Serejinho, Taguatinga. Data: 14 de novembro. Horário: 10h".

Olha, isso aqui é um engodo! É um engodo! Falei com a Presidente da Nação Piauí, D. Raimunda, e ela disse que desconhece isso aqui.

Como bem diz o Deputado Rogério Ulysses, isso é um produto do Paraguai. Sem ofensas aos paraguaios, evidentemente.

Então, eu queria chamar a atenção para isso. Isso aqui é uma enganação, é um engodo para iludir incautos. Tenho certeza de que o Governador não sabe disso. Os 2 Secretários vão levar o beneplácito da dúvida de que não sabem também, porque senão não cairiam numa cantilena dessas, num conto que está inserto aqui nesse convite apócrifo, vergonhoso. Em plena capital da República, num dia ensolarado, o cidadão vir apresentar isso aqui?!

Os piauienses, que seriam os enganados aqui, eu os concito a não comparecer, porque essa reunião é uma reunião para o engodo, para a enganação deles. Eu os concito a não irem lá, não. Tenho certeza absoluta de que essas autoridades não estão sabendo disso. Não há telefone, não há nome de ninguém, só



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

o nome genérico Nação Piauí, que não é a Nação Piauí que conhecemos, entidade séria presidida pela nossa colega Raimunda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício, último inscrito.

DEPUTADO GERALDO NAVES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes do pronunciamento do Deputado Cabo Patrício, eu gostaria de entender como essas pessoas têm coragem, Deputado Benício Tavares, de usar o nome Nação Piauí. Elas não sabem a força dos representantes. Acho que é por saberem que o Piauí é aqui. Nós, mineiros, rendemos homenagem e repudiamos esse convite falso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Pois não, Deputado Geraldo Naves.

Deputado Cabo Patrício, V.Exa. está com a palavra.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há muito não tenho vindo à tribuna, mas fiz questão de vir, hoje, porque estamos na semana da segurança pública no Distrito Federal e eu não poderia deixar de falar de um tema tão importante como esse, até porque sou oriundo da Polícia Militar do Distrito Federal, Deputado Milton Barbosa, da qual tenho muito orgulho.

Nós, no ano de 2007, fizemos uma série de denúncias, por meio de emissoras de TV do Distrito Federal e de jornais, quanto às condições dos quartéis da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Inclusive, destinamos emenda parlamentar, com outros Parlamentares também.

Neste ano tivemos a grata surpresa da construção da 10ª Companhia de Polícia Militar Independente, no Paranoá, inaugurada ontem; da 11ª Companhia de Polícia Militar Independente, no Sudoeste; e do lançamento da pedra do 10º Batalhão de Polícia Militar, já que em Ceilândia vai haver 2 unidades da Polícia Militar, o 8º e o 10º Batalhão. Isso é fruto da luta da categoria e dos defensores da segurança pública, Deputado Milton Barbosa, junto ao Governo Federal. Parte desses recursos, quase a sua totalidade, veio do Ministério da Justiça, do Fundo Nacional de Segurança Pública, do PRONASCI, que tem feito um grande trabalho em todo o País, combatendo a violência pública. Tanto é que municípios de Pernambuco que antes eram apontados como os principais focos de violência, hoje, não são mais.

No Distrito Federal — e aí fiz questão de hoje vir, aqui, falar —, não faltam recursos, estes existem à vontade e são, destinados pelo Governo do Distrito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Federal, pelo Ministério da Justiça, pela SENASP. Tem-se investido em aparelhamento, equipamento e, principalmente, no salário dos servidores da Segurança Pública. Isso é tão verdade que, na sexta-feira, às 15h, vai ser sancionado pelo Presidente Lula, no Ginásio Nilson Nelson, o Plano de Cargos e Salários dos policiais e dos bombeiros militares, que não devem nada ao Governador Arruda, porque tiveram de fazer assembléias, carreatas e lutar muito para que o plano fosse aprovado no Congresso Nacional, ficando, inclusive, dentro da Câmara dos Deputados, do plenário e das galerias do Senado Federal. Passamos 2 meses ocupando aquelas 2 Casas, numa demonstração de força, organização, respeito, e conseguimos a aprovação. Contudo, o que me chama a atenção - por mais que tenhamos que comemorar em função do que é feito pelo Governo Federal e que não é feito pelo Governo local - é que hoje foram entregues 450 viaturas, aproximadamente, para a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e a Polícia Civil. Só que nem todas essas viaturas são novas. Mais uma vez, o Governador Arruda, tentando enganar a sociedade do DF e dar um calote eleitoral na segurança pública da população do Distrito Federal, coloca as viaturas no Eixão como se fossem todas novas e entregues pela SENASP, pelo PRONASCI, o que não é verdade. Inclusive, vou apresentar um requerimento hoje, aqui, pedindo que seja informado quando as viaturas foram entregues ao GDF, para que essa palhaçada deixe de acontecer, já que as viaturas entregues não são novas e não foram entregues pela SENASP, pelo menos não na sua totalidade.

O Governador deveria se preocupar em gastar os 40 milhões de reais que foram destinados pela SENASP, pelo Ministério da Justiça, para serem aplicados no Itapoã, no Arapoanga, na Ceilândia, na Estrutural, nas cidades onde ele tem que fazer o dever de casa e dar segurança pública à sociedade, porque os índices de violência do DF só têm aumentado. E não é isso que o GDF tem feito. O Governador Arruda, na sua incompetência e na dos seus Secretários de primeiro escalão, mais uma vez, chega à Semana de Segurança sem cumprir o dever de casa. Colocaram 29 câmeras no Itapoã como se fossem monitorar todo o sistema, sendo que 40 milhões de reais estão parados na Secretaria e vão ser devolvidos no mês que vem porque a Secretaria, Deputada Erika Kokay, não tem competência para executar os projetos junto ao Itapoã, ao Arapoanga, à Estrutural, à Ceilândia, ao Gama, à Santa Maria e a todas as cidades do Distrito Federal, a todas!

É uma vergonha o Governo do Distrito Federal, que diz que tem tanto recurso e que é tão competente, devolver 40 milhões de reais para o Governo Federal porque não conseguiu gastar, visto que não consegue executar projeto nenhum. Para que fossem executados projetos no Itapoã e em outras cidades entidades OSCIPs é que tiveram que fazer este trabalho, Deputada Jaqueline Roriz, porque o Governo não tem competência. É a mesma incompetência da área da saúde, é a mesma incompetência da área da educação, é a mesma incompetência da área da habitação. Na verdade, é um festival de incompetência do Governo Arruda.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Por isso, eu não poderia deixar isso passar em branco, porque o Governador fica argumentando como se fizesse muita coisa. Hoje, fez mais um show de pirotecnia lá no Eixão Sul, colocando as viaturas paradas como se fossem novas, prejudicando o trânsito da população que sai das regiões administrativas para trabalhar no Plano Piloto. A população pensa que as viaturas são novas e não são.

Eu inclusive quero saber do Governador, para concluir Sr. Presidente, por que as 350 viaturas que estavam no Centro de Suprimento e Manutenção, CSM, paradas sem contrato de manutenção, não foram colocadas para rodar, dando segurança pública à sociedade. Elas foram retiradas do CSM e 40 delas foram colocadas no RPMON do parque; outras 40, em Sobradinho; outras 40, em Planaltina; outras 40, lá no Gama... Foram distribuídas pelo DF para que a imprensa, ao chegar, não pudesse mais ver 350 viaturas amontoadas sem condições de rodar porque o Governo é incompetente para fazer o contrato de manutenção dessas viaturas.

Então, quero chamar a atenção do Governador porque as pessoas precisam de saúde, educação e segurança de fato e não de *shows* de pirotecnia, não de *show* de *marketing*, como S.Exa. tem feito tanto. É importante que Governador trabalhe e mostre resultado porque a farsa que S.Exa. vem fazendo vai chegar aos olhos da sociedade do Distrito Federal.

Muito obrigado.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço que o Vice-Presidente da Casa, Deputado Cabo Patrício, que é responsável pela informática, solucione um problema na informática da Casa que está gerando um relatório inconsistente do Orçamento. Peço ao Deputado Cabo Patrício que tome providências para regularizar esse sistema para que possamos fazer o Orçamento do Distrito Federal com segurança.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicitado ao Deputado Cabo Patrício que se manifeste sobre a questão levantada pelo Deputado Cristiano Araújo.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Comunico ao Deputado Cristiano Araújo e aos demais Deputados...

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO - Vou repetir para V.Exa., Deputado Cabo Patrício, com todo carinho. Está havendo um problema na informática da Casa. Estamos na fase de compilação das emendas do Orçamento e esse problema está gerando certas inconsistências nas emendas parlamentares. Portanto, peço a V.Exa. que converse com os técnicos que estão sob sua responsabilidade aqui na Casa para consertar isso porque senão haverá um atraso no Orçamento, o que prejudicará até nosso recesso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Vou responder ao Deputado Cristiano Araújo e aos demais Parlamentares. Preocupado com esta questão, Deputado Wilson Lima, que preside a sessão, fiz intervenções junto ao Presidente da Casa e nós convocamos, no finalzinho de agosto e no início de setembro, 7 analistas de sistemas para que a CMI pudesse funcionar em sua efetividade.

O Deputado Cristiano Araújo pode ficar tranquilo porque o Orçamento será votado no dia 15, em segundo turno, lá na nova sede da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Não haverá atraso nenhum. Quanto à segurança da informatização da Casa, ela está sob controle. Se V.Exa. quiser, inclusive, está convidado a comparecer à CMI para tomar conhecimento de todo o procedimento que está sendo feito.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não é à-toa que V.Exa. é da segurança.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de parabenizar os que aqui estão fazendo a campanha antitabagista e dizer que estou de acordo com a campanha para que menos pessoas possam aderir ao fumo, ao cigarro. Eu falo isso porque sou fumante, espero que por pouco tempo. Com certeza, contando com a ajuda de cada uma e de cada um de vocês.

Eu digo que ninguém deve aderir ao tabaco, ao fumo porque provoca inúmeros males à saúde. É certo que não me identifico com a gravura, mas sei que são consequências da utilização do fumo. Tem o meu apoio qualquer campanha antitabagista, até porque sou fumante, mas pretendo deixar de sê-lo.

Apenas digo, Sr. Presidente, que hoje apresentamos um requerimento de informações para sabermos exatamente quais foram os recursos investidos na CEB. A CEB tem um funcionalismo de alta qualidade, de qualidade exemplar. Foi uma empresa que se destacou sempre pelo atendimento a toda a população do Distrito Federal no direito de ter energia, porém nós estamos convivendo hoje com apagões intermináveis.

Há um projeto nesta Casa, se não me falha a memória, de autoria do Deputado Geraldo Naves, cujo prazo previsto para a regulamentação se encerrará no dia 21 de novembro. Esse projeto estabelece a obrigatoriedade de a CEB informar aos usuários sobre os procedimentos para que sejam ressarcidos os danos causados pela interrupção do fornecimento de energia. É extremamente lúcido essa proposição.

Infelizmente, temos que apresentar projetos como esse, porque estamos convivendo com apagões. O que me surpreende é ver o Governo atribuir o que está



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

acontecendo a gestões anteriores, porque até o dia 28 de outubro, data da última consulta que fizemos, de 215 milhões autorizados para investimento na CEB, apenas 85 milhões haviam sido efetivamente executados. Portanto, há cerca de 130 milhões parados no Orçamento do Distrito Federal que poderiam estar sendo investidos na distribuição.

Atribuir ao passado, eu diria, é a mesma discussão do Subsecretário ou Secretário-Adjunto da SEJUS, que atribui ao passado o caos no cemitério. Este Governo teve o privilégio de contar com uma CPI que ousou eliminá-la, sepultá-la viva, mas que apontou não só um diagnóstico muito exato do que acontece nos cemitérios, mas também propostas extremamente importantes, para que possamos superar o caos que vivemos no serviço funerário. Este Governo não fez absolutamente nada com todo esse trabalho que, há cerca de 2 anos, foi efetivado.

Então, não é só coisa do passado. É coisa deste Governo, da atualidade, pois nenhum governo teve um estudo aprofundado como o feito por esta Casa, por intermédio da CPI, mas simplesmente os relatórios da CPI foram engavetados e, hoje, estão dormitando em gavetas daqueles que não têm interesse de prestar um serviço público de qualidade.

Portanto, informo, Sr. Presidente, que ajuizamos um requerimento de informação para sabermos o nível de investimento, mas já apontamos que os apagões são coisas deste Governo, sim, porque os 130 milhões que foram autorizados para investimentos na distribuição de energia não foram aplicados por este Governo, bem como o relatório aprofundado, lúcido e absolutamente rico dessa CPI para o cemitério.

Era isso.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu acabei de tomar conhecimento deste convite: "A Nação Piauí tem a honra de convidar para a grande reunião com o Governador Arruda, o Secretário Paulo Roriz e o Secretário de Ciência e Tecnologia, Deputado Izalci Lucas".

Eu não estou entendendo isso. Esses Deputados nem conhecem a Nação Piauiense. A chefe da Nação Piauiense, a Raimundinha, não está nem sabendo desse convite... Agora, em época de eleição, aparece esse tipo de convite. Não estou entendendo isso. É bom esse pessoal, principalmente o da habitação, tomar cuidado, pois estão prometendo lotes para os piauienses. Se eu pegar isso, vou fazer uma denúncia nesta Casa.

DEPUTADO GERALDO NAVES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Senhores piauienses, ao pessoal da campanha antifumo, eu quero dizer a vocês que eu não só apoio... a Deputada Erika Kokay disse que é fumante. Ela fuma mais do que eu um pouquinho e promete um dia parar de fumar. Eu também prometo parar de fumar, vou diminuindo! O problema é que a gente vai diminuindo o cigarro e vai fumando mais. Eu liguei para a Souza Cruz e disse: "Olha, eu tenho de diminuir o cigarro". Mas eles falaram que só fazem o cigarro num mesmo padrão, num único tamanho, eles não conseguem diminuir.

Estou tentando de todas as maneiras, e prometi que vou parar! Estou vendo essas fotos, que são chocantes. Agora, eu também não só apoio vocês como endosso qualquer campanha antifumo, anticrack e anticocaína porque droga é droga! Só que nós temos um probleminha levantado pelo Deputado Raad Massouh, que conversou com o Deputado Dr. Charles e com outras pessoas. É evidente que nós temos que respeitar alguns pontos. Há um cidadão que me disse que fumou durante 45 anos, e eu lhe disse: "Você é um felizardo porque deixou, e eu não consegui". Mas eu vou conseguir. Como a Deputada Erika Kokay falou, no dia em que ela parar de fumar, no dia seguinte, eu serei o próximo!

Mas nós respeitamos... Eu, pelo menos, não fumo aqui no cafezinho. Eu fumo lá fora, ao ar livre, porque respeito. Acredito que é preciso respeitar aqueles que não fumam. Quando faço meu programa, passo 2, 3 horas dentro do estúdio, sem absolutamente acender nenhum cigarro. É assim que, aos poucos, a gente vai conseguindo. Mas respeito os diversos pontos de vista. O que não podemos fazer é radicalizar e perseguir aqueles que fumam, porque é muito difícil parar de fumar!

Parabéns pela iniciativa! Parabéns, mesmo!

Eu gostaria de falar ao Deputado Cabo Patrício, que antes eu não conhecia pessoalmente. Tive a oportunidade de conhecê-lo aqui na Câmara Legislativa do Distrito Federal e o prazer de conhecer um excelente Parlamentar e ser humano. Tenho certeza de que os gestos e a condução dos pronunciamentos de S.Exa. são fortes.

Eu gostaria de dizer que, aqui na Câmara Legislativa, os Deputados até que respeitam o pronunciamento de outro Deputado; mas os assessores que ocupam a Câmara Legislativa... não estou entendendo, e não dá para entender. Eles contam histórias, eles conversam. É bonito! Eu acho que poderíamos disponibilizar um microfone para os assessores para que eles falassem e conversassem. Temos aqui o cafezinho e o corredor lá fora. Troquem ideias lá fora! Deixem a gente fazer o pronunciamento para não atrapalhar! É uma questão de respeito ao Deputado! Estou errado ou estou certo? Assessor que é assessor respeita o Deputado! Então, enquanto eu estiver falando, exijo respeito.

Estou respeitando S.Exa., mas eu gostaria de dizer que eu tenho pleno conhecimento também de tudo o que está acontecendo na segurança pública porque





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

acompanho, e S.Exa. sabe disso! Nós não podemos eximir o comandante da Polícia Militar do Distrito Federal, e aqui S.Exa. não o citou nenhuma vez. O comandante Lacerda está falhando, e muito, na questão da segurança e da Polícia Militar. O que ele tem feito de bom? Ele não atende telefone, ele não retorna, ele não retorna absolutamente nada! Isso compromete qualquer governo. Quantas viaturas da Polícia Militar estão paradas? Qual é o tempo de vida útil de cada viatura? Quem disse que entregam 1.000 viaturas aqui? Nós acompanhamos isso, e não é de agora!

Desde que eu comecei o Barra Pesada, o tempo de vida útil de uma viatura da Polícia Militar é de 4 meses. Coloca a polícia na rua! Quatro meses ela baixa, vai para lá, e nem peça de reposição tem. Ninguém ajuda! Fica o policial pedindo, e S.Exa. já deve ter feito isso, porque já foi soldado - cabo V.Exa. não foi -, já deve ter conversado com o mecânico e dito: "Arruma isso aqui para mim, porque a polícia não tem dinheiro para colocar uma roda, colocar isso ou aquilo". Mentira ou verdade?

No Governo do PT, as delegacias da Polícia Civil não tinham papel para a impressora, não tinham caneta. Nós compramos e levamos. A pessoa ia fazer uma ocorrência, e não existiam esses materiais.

Méritos são méritos. Agora, temos que falar a verdade, não vamos falar de governos, como S.Exa. cita aqui. Daremos nomes às pessoas. Vamos à fonte. A segurança pública possui um Secretário. Quem é o Secretário? O que ele está fazendo? Será que S.Exa. está ali só para manter a aparência? Não, tem que responder.

Eu acho que S.Exa. no pronunciamento está correto, temos que cobrar. Mas tem que ser justo. Comandante da PM não atende telefone, só funciona depois. Agora, o comandante da Companhia de Polícia Rodoviária - CPRV -, o Coronel Cintra, promove a segurança das crianças nas escolas de forma fantástica. No Colégio Batistinha, por exemplo, não existe reclamação. Lá ficam 2 viaturas da CPRV, enquanto os filhos dele estão estudando. Depois que os filhos dele saem, a viatura sai, porque fica vigiando enquanto os filhos dele estudam. É o Comandante Cintra, da CPRV. Tenho de falar a verdade! A denúncia tem que ser completa. Agora, vamos ao ponto, para que a pessoa seja punida e para que seja mostrada a falta de responsabilidade que compromete todos aqueles que, às vezes, estão fazendo alguma coisa e, de repente, recebem um sumo sem saber de onde vem. Não é? Vejam a história da Gratificação de Atividade Militar - GAM -, recebida pela Polícia Militar e pelo Corpo de Bombeiros, e a história da Gratificação por Operações Especiais - GOE, recebida pela Polícia Civil. Nós lutamos por isso e conseguimos. Agora, buscar reconhecimento não é cobrança.

Todos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros que lutam por seus aumentos estão de parabéns.

Era isso o que eu tinha a dizer.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, restaram, da sessão de ontem, 2 vetos para serem analisados hoje. Na sessão de ontem convocamos, e foi aprovada pela Mesa, para hoje à tarde, antes da sessão, uma reunião para analisar a questão dos 2 vetos, reunião esta aberta não só às Lideranças, mas a todos os Parlamentares que quisessem dela participar. Tivemos a presença de Parlamentares e de assessores conforme o combinado. Já temos os pontos acertados pelos que ali compareceram, e que, portanto, foram os que se interessaram pelo assunto.

Eu peço a V.Exa., já que alguns colegas precisam sair, que coloquemos em discussão esses 2 vetos para que, a partir daí, desbloqueemos a pauta. São os itens nºs 1 e 2 da pauta de votação, que, repetindo, já foram alvos da reunião técnica convocada ontem.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu só queria agradecer ao Deputado Geraldo Naves o fato de S.Exa. ter subido à tribuna e confirmado a minha intervenção sobre a incompetência do Governador Arruda no gerenciamento da Segurança Pública no Distrito Federal. S.Exa. reforçou a minha intervenção.

Então, agradeço ao Deputado Geraldo Naves a confirmação de minha intervenção e até a apresentação de mais fundamentos, comprovando a incompetência do Governador, que inclusive é do partido de S.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, mais uma vez o Deputado Cabo Patrício mostra não só a sua incompetência em avaliação, mas a falta de respeito com o Parlamentar. E S.Exa. é o Vice-Presidente desta Casa! O Vice-Presidente desta Casa!

Primeiro, eu elogiei o procedimento de S.Exa.. Segundo, S.Exa. vem aqui e coloca palavras em minha boca, denegrindo o Governador José Roberto Arruda, que é do Democratas. Em momento algum, eu disse o nome de S.Exa. ali. Eu pedi ao Deputado Cabo Patrício para "dar nome aos bois". Se S.Exa. não tem coragem ou se está protegendo algum protegido seu na instituição da qual disse se orgulhar muito e de que foi expulso... Foi expulso da corporação e se orgulha muito! Está aí defendendo... Em época de eleição, isso é maneira de...



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Não! Venha aqui e diga para mim o que o PT vem fazendo para a segurança pública! Combate às drogas? Combate à violência? Diz para mim! O que o Presidente Lula está fazendo? Que absurdo! Que absurdo! O avanço do *crack*! A violência! O avanço do *crack*! Meninos de 11 anos! qual é a verba de combate? Agora, fale aqui os problemas e os podres do Governo do PT! Pronto!

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Muito obrigado, Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO DR. CHARLES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a V. Exa. que, após votarmos os 2 vetos que ainda faltam, de ontem, incluamos o item nº 43 e o votemos logo, porque essas pessoas estão esperando desde de manhã e porque alguns Deputados precisam sair. Então, que, logo após os 2 vetos...

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas registrar aqui a nossa satisfação em saber que, mesmo com uma bancada de 4 Deputados que nasceram no Piauí, parece-me que o Governo está bastante sensibilizado com aquele estado, porque acabo de receber aqui um convite que diz: "A nação Piauí tem a honra de convidá-lo para a grande reunião com o Governador José Roberto Arruda, que é de Itajubá; o Secretário de Habitação, Deputado Paulo Roriz, e o Secretário de Ciências e Tecnologia, Deputado Izalci".

Então, para nós...

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Todos são piauienses?

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Certamente, nós receberemos de braços abertos. Só faltou aqui dizer qual é a pauta. Então, era só para registrar isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – E qual é a nação que vai lá também.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Exatamente. E qual é a nação que fornecerá isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está certo. Muito bem.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero somente dar apoio total às palavras do Deputado Dr. Charles, para que votemos logo esse projeto e apreciemos os vetos. Inclusive, quero pedir aos Parlamentares que encerremos a falação, que abramos mão dela, não querendo cercear o direito de ninguém, e iniciemos logo a votação, porque é de muito interesse esse projeto para toda a sociedade. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Combinado.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ouvi bem aqui os pronunciamentos do Deputado Cabo Patrício e do Deputado Geraldo Naves, os pronunciamentos substanciosos e os apartes aqui.

Acho que o Deputado Geraldo Naves, com a sua eloquência e com sua (inaudível), não foi muito feliz ao consignar que o Deputado Cabo Patrício... Com a veemência de S.Exa., ficou para o público e para mim também que ele foi expulso da instituição. Foi e não deve se orgulhar (inaudível). Eu me lembro bem – S.Exa. também – de que S.Exa. foi expulso defendendo a instituição Eu queria só dizer isso. O meu amigo, nesse ponto, não soube colocar bem as palavras.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está registrado. Muito obrigado.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, acompanhei toda a trajetória de luta do Deputado Cabo Patrício porque, na ocasião, eu era Presidente da CUT. O Deputado Cabo Patrício foi realmente expulso. Além de ser expulso, ele foi preso porque cometeu um único crime: estar ombro a ombro com os policiais e bombeiros militares e defender os seus direitos.

Deputado Cabo Patrício, esta cidade tem um orgulho imenso de ter uma pessoa como V.Exa. representando aqui não apenas bombeiros e policiais, mas toda a população do Distrito Federal. Visitei o Deputado Cabo Patrício na prisão e sei quão duro foi e quão duro é às vezes defender os legítimos interesses de uma categoria. O Deputado Cabo Patrício foi preso e expulso porque ousou – e que bom que temos pessoas que ousam! – reunir bombeiros e policiais em uma praça que deveria se chamar Praça dos Bombeiros e dos Policiais Militares, que é a Praça do Relógio. Esse movimento, inclusive, me rendeu um processo. Sou acusada de crime militar, pois, como Presidente da Central Única dos Trabalhadores, apoiei o movimento.

E digo mais: se hoje temos uma reestruturação do plano de carreira dos policiais e bombeiros, foi esse Deputado que, repetindo aquele movimento, reuniu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

bombeiros e policiais em praça pública e arrancou a proposta que hoje está consolidada, transformada em lei.

Portanto, Deputado Cabo Patrício, se há alguma coisa que V. Exa. carrega é nunca ter fugido das responsabilidades de luta pela democracia e de apoio aos bombeiros e policiais militares.

Por fim, quero dizer, Sr. Presidente, que nunca, na história deste país, se investiu tanto em políticas para a juventude e no combate às drogas. Todos os Deputados desta Casa deveriam saber disso, mas se S.Exas, por má-fé ou por displicência, não sabem dos investimentos que foram feitos no combate às drogas, faço questão de, na semana que vem, pois amanhã teremos comissão geral, trazer listados todos os investimentos do Governo Lula, inclusive CAPS Álcool e Droga, para crianças e adolescentes, que o Governo do Distrito Federal, assim como faz com os recursos da segurança, devolve todos os anos, porque não aplica. Faço questão de trazer, um a um, todos os investimentos. Os estados e municípios que estão aplicando os recursos do Governo Federal, como Diadema, já diminuíram em 60% a violência. Infelizmente, Brasília não tem utilizado os recursos federais.

DEPUTADO GERALDO NAVES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente, todos se calam para ouvir quando a Deputada Erika Kokay está falando, mas S.Exa. não se cala; vem sempre falar aqui.

Combate às drogas. Não há neste país clínica fornecida pelo Governo Federal. O Partido dos Trabalhadores está omissos. Claro que não. Mostre e apresente. As famílias reclamam. Procuram programas de televisão para reclamar.

Agora, mostre aqui, na semana que vem, os investimentos reais do Governo Federal nas clínicas de desintoxicação, que eu quero ver e divulgar tais coisas. Mas não há. O existe é reclamação.

Quanto ao Deputado Cabo Patrício, saiu em sua defesa, muito sutilmente, o Deputado Milton Barbosa, que é delegado, uma pessoa que refuto como meu amigo, piauiense e defensor da sua nação, de sua terra; mas S.Exa. não entendeu o que eu disse. S.Exa. disse que se orgulha muito da instituição que defende, que é a Polícia Militar, de onde eu disse que ele foi expulso. E foi.

Se o Deputado Cabo Patrício hoje defende os soldados, é porque S.Exa. faz parte de uma associação e, nesta associação, há os seus associados. Ninguém tira do Deputado Cabo Patrício a defesa dos policiais militares e bombeiros. Ninguém tira. A associação defende e o Deputado Cabo Patrício também.

A única coisa com que não concordo é com as colocações incisivas para denegrir o Governo do Distrito Federal. E quero pedir à Deputada Erika Kokay que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

aprenda com o pai de S.Exa., que é um poeta de quem tenho livro com autógrafo a mim dedicado – livro que comprei e pelo qual paguei – com uma mensagem, a ter humildade e a saber ouvir, ao invés de ficar falando enquanto falamos também.

É humildade que falta à V.Exa., só um pouquinho, para compreender os Democratas. Ninguém aqui foi excluído. O ex-Deputado João de Deus, que hoje é Prefeito de Água Fria, tem um programa na *Rádio Atividade* que defende a categoria da polícia militar e dos bombeiros com unhas, garras e dentes. Congrega muito mais associados do que a associação do Deputado Cabo Patrício.

Rendemos homenagens ao ex-Deputado, hoje Prefeito, meu amigo, Presidente da ASPRA, João de Deus. Rendo as minhas homenagens à ASPRA e a todos aqueles. E a vocês, que expulsaram o Deputado Cabo Patrício da Polícia Militar, os coronéis, quero cumprimentar a todos, porque S.Exa. diz coisas que não deveria dizer.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. incluísse na pauta meu Requerimento, nº 1.878, que trata de uma audiência pública no dia 14 de novembro.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O requerimento está na pauta?

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Não, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Por gentileza, solicito a V.Exa. que encaminhe o Requerimento à Assessoria da Mesa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO - Sr. Presidente, solicito também que entremos na Ordem do Dia, pois o horário está avançado.

DEPUTADO AYLTON GOMES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero aproveitar esse momento de discussão acalorada. Isso mostra que esta Casa é uma Casa de leis e é democrática. Entraram na seara do plano de cargos e salários do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar do Distrito Federal. Esse plano é fruto de uma luta conjunta e coletiva que teve a participação direta do Governador do Distrito Federal. Ombreamos essa luta desde o princípio nas várias vezes em que, madrugadas afora, as discussões se acirraram. Quero parabenizar o Deputado Cabo Patrício, que participou dessas ações, mas também muitas outras pessoas, dentro do espírito coletivo, deram a sua contribuição.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Isso é o anseio de muitos e muitos anos, aguardado por essa categoria. Graças a Deus, a soma de esforços, a ajuda dos companheiros e a nossa luta puderam concretizar esse anseio. O Governador esteve presente não só na Câmara dos Deputados, mas também no Senado levando ao Deputado Michel Temer e ao Presidente do Senado, Senador José Sarney, o plano, para que pudessem dar agilidade a esse processo.

Se está marcada para as 15 horas da sexta-feira uma assinatura pública com a presença do Presidente Lula no Ginásio, é porque várias mãos contribuíram com o plano. Hoje tenho orgulho e honra de ser bombeiro e de estar junto para defender essa instituição, que é uma das mais nobres do mundo e que, junto com a Polícia Militar, exerce a segurança pública do Distrito Federal.

Sr. Presidente, quero deixar registrado nesta Casa que o plano de cargos e salários será um dos maiores ganhos na história dos 153 anos do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e dos 200 anos da Polícia Militar do Distrito Federal. Com certeza, os companheiros estiveram presentes e o Governador Arruda deu a sua contribuição direta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em cumprimento ao Regimento Interno, quero dizer que estão encerrados os Comunicados de Parlamentares.

Temos em mãos um comunicado do PTB, que registra que o Deputado Cristiano Araújo exercerá a liderança do Partido Trabalhista Brasileiro nesta Casa legislativa.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PMN. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu queria que, após a votação dos projetos encaminhados pela Líder, analisássemos o item nº 52, referente a uma moção.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Jaqueline RORIZ, acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, estamos prontos para votar. V.Exa. poderia por em votação os itens nºs 1 e 2 da pauta?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Item nº 1:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.071, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a prestação do serviço de coleta, transporte e entrega de pequenas cargas e documentos, utilizando-se motocicletas ou motonetas, denominado motofrete, e dá outras providências”.

Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 1071/2008
Fls. nº 114 M-11-921

RELATÓRIO Nº /2009

Da **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA** sobre o **VETO PARCIAL** oposto ao Projeto de Lei nº 1071/2008, que “Dispõe sobre a prestação do serviço de coleta, transporte e entrega de pequenas cargas e documentos, utilizando-se motocicletas ou motonetas, denominado ‘Motofrete’, e dá outras providências.”

RELATOR: Deputado RAAD MASSOUH

Por meio da Mensagem nº 216/2009-GAG, o Governador comunica a esta Casa que, nos termos do artigo 74, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, opôs veto parcial ao Projeto de Lei nº 1071/2008.

De iniciativa do Poder Executivo, o Projeto de Lei nº 1071/2008 tem o objetivo de disciplinar o serviço denominado “motofrete”, utilizado para transporte e entrega de documentos e pequenas cargas. A finalidade precípua da proposição é estabelecer a obrigatoriedade de licenciamento dessa atividade junto ao Poder Público, cometendo à Secretaria de Transportes a responsabilidade pelo gerenciamento, pela administração e pela fiscalização do serviço mencionado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
RL nº 1071 2008
Fls. nº 115 M. 11. 9+1

O projeto disciplina as diversas questões relativas ao motofrete, entre elas: quem pode executar o serviço; quais as condições para obtenção e renovação do Certificado de Qualificação de Motociclista; quais as características do veículo a ser utilizado no serviço; quais os deveres e obrigações do condutor do veículo de motofrete; quais as penalidades aplicáveis pelo descumprimento da norma proposta.

Em parecer conjunto, as Comissões de Assuntos Sociais e de Economia, Orçamento e Finanças concluíram pela aprovação do projeto, com o acréscimo de 13 emendas. A Comissão de Constituição e Justiça também emitiu parecer favorável, acatando as emendas apresentadas. O Plenário da Casa acompanhou os pareceres das Comissões e o projeto foi encaminhado à sanção do Governador.

O veto incidiu sobre os seguintes dispositivos:

“Art. 7º (...)

(...)

VI – declaração cadastral da entidade representativa da categoria fornecida gratuitamente.

(...)

Art. 20. O agente público poderá expedir notificação de irregularidade, de caráter não punitivo, registrando e comunicando as falhas detectadas na operação e determinando a correção delas.

Parágrafo único. Equipara-se a agente público da UO, para os efeitos deste artigo, o Diretor de Transporte Público Individual, o Gerente



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 1071/2008
Fts. nº 116 M: 11-971

de Fiscalização, o Chefe do Núcleo de Fiscalização e os fiscais de Atividades Urbanas do Distrito Federal – Especialidade Transportes.

(...)

Art. 26. (...)

Parágrafo único. Os infratores terão o prazo mínimo de trinta dias para impetrar recurso.”

Desses dispositivos, o inciso VI do artigo 7º foi introduzido por emenda na tramitação da proposta por esta Casa; os demais já constavam do texto encaminhado pelo Chefe do Poder Executivo.

Em suas razões de veto, o Governador alega que o inciso VI do artigo 7º é inconstitucional “... *por afrontar o princípio da livre associação sindical contido no caput do art. 8º da Carta Magna, seguindo-se de seu inciso V, que versa sobre a não obrigatoriedade de filiação a sindicato*”.

Quanto ao art. 20, aquela autoridade reconhece tratar-se de inadequação no texto encaminhado à Câmara Legislativa, por estender a detentores de cargos comissionados atribuição privativa dos servidores integrantes da Carreira de Fiscalização de Atividades Urbanas – Especialidade Transporte.

Já o veto oposto ao parágrafo único do artigo 26 é justificado pelo Governador com a argumentação de que o prazo ali estabelecido é matéria a ser tratada na regulamentação da norma, e não no corpo desta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 1071, 2008
Fls. nº 117 M. 11. 971

O Governador solicita a manutenção do veto pelo Plenário desta Casa.

Essas são as informações que julgamos necessárias para que a Câmara Legislativa delibere sobre o veto em questão.

Sala das Comissões,

Deputado ROGÉRIO ULYSSES

Presidente



Deputado RAAD MASSOUH

Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o relatório.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, temos acordo na posição. Temos 4 vetos para serem analisados neste item nº 1. Eu gostaria que V.Exa. encaminhasse, se possível, da seguinte forma: avaliar o veto ao parágrafo único do art. 20.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – V.Exa. está se referindo ao art. 26? Aqui está escrito: "inciso VI do art. 7º, art. 20 e parágrafo único do art. 26".

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Não, trata-se do inciso VI do art. 7º e o parágrafo único do art. 20.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Do artigo 26.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Não, do artigo 20.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – É artigo 26 na pauta, Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, são 4 vetos. O art. 20 tem o *caput* e o parágrafo único. É um artigo só. Queremos manter o veto ao parágrafo único e derrubar o veto ao *caput* do art. 20; e queremos manter o veto ao inciso VI do art. 7º.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Um minuto, Deputada Erika Kokay, para um entendimento com a Mesa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Eu gostaria de pedir atenção à assessoria. A confusão que está sendo feita é porque há 2 vetos ao artigo 20. Queremos manter o veto ao parágrafo único e derrubar o veto ao *caput* do artigo 20.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Peço o seguinte à assessoria: a atenção deve ser centrada na condução pelos Parlamentares, não mais pelo assessor do Parlamentar. O assessor do Parlamentar está lá indicando e por isso a assessoria da Mesa não está prestando atenção ao nosso encaminhamento. Eu peço que a assessoria da Mesa preste atenção ao nosso encaminhamento. Estamos nos revezando porque há consenso. A Deputada Erika Kokay está fazendo o encaminhamento devido, que é como vamos votar, ao consenso.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nós gostaríamos que fosse encaminhado da seguinte forma: que pudéssemos apreciar o veto ao parágrafo único do art. 20 junto com o veto ao inciso VI do art. 7º, em que a posição é consensual para manter do veto; e gostaríamos que fossem encaminhadas juntas a apreciação do veto ao *caput* do art. 20 e a apreciação ao parágrafo único do art. 26, em que temos posição consensual de derrubar. Nós estamos agrupando pela posição.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Lei Complementar nº 3, de 1996, diz o seguinte: “A Câmara Legislativa poderá rejeitar total ou parcialmente o veto total”.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Isso. Então, com relação ao art. 20, nós queremos apreciá-lo mantendo o veto ao parágrafo único e derrubando o veto. Podemos também apreciar o art. 20. (Pausa.)

Apreciemos, portanto, o art. 20. Nossa posição é de manter o veto no parágrafo único e de derrubar – por isso queríamos a subdivisão – o *caput* do art. 20. Vamos dividir a apreciação do art. 20 em duas votações.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Subitem nº 1:

Apreciação do veto ao *caput* do art. 20, do Projeto de Lei nº 1.071, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a prestação do serviço de coleta, transporte e entrega de pequenas cargas e documentos, utilizando-se motocicletas ou motonetas, denominado motofrete, e dá outras providências”.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o encaminhamento consensual é pela derrubada do *caput*. Portanto, votar “não”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	30



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 04/11/2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): "Caput" do Art. 20.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)
 PROJETO DE LEI Nº(S) 1071/08

Autor: Deputado(a):
Relator: Deputado(a): Raad Massouh Executivo

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES		X			
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP		X			
	BENEDITO DOMINGUES - PP		X			
	BENÍCIO TAVARES - PMDB		X			
	BISPO RENATO - PR		X			
	BRUNELLI - PSC		X			
	CABO PATRÍCIO - PT		X		X	
	CHICO LEITE - PT		X		X	
	CLAUDIO ABRANTES - PPS		X			
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB		X			
	DOUTOR CHARLES - PTB		X			
	ÉRIKA KOKAY - PT		X			
	EURIDES BRITO - PMDB		X			
	GERALDO NAVES - DEM		X			
	JAQUELINE RORIZ - PMN		X			
	MILTON BARBOSA - PSDB		X			
	PAULO TADEU - PT				X	
	RAAD MASSOUH - DEM				X	
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL				X	
	REGUFFE - PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB		X			
	RÔNEY NEMER - PMDB		X			
	WILSON LIMA - PR		X			
	LEONARDO PRUDENTE - DEM		X			
	TOTAL		18		06	

Renato Bispo
ASSP

Renato Bispo
SECRETÁRIO DEP. *Bispo Renato*

ASSP
Fls. ° Nº 1

VOTOS "SIM"	0	VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	18	VETO REJEITADO	X
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	06		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos contrários. Houve 6 ausências.

Total de votantes: 18.

Foi rejeitado o veto ao *caput* do art. 20, do Projeto de Lei nº 1.071, de 2008.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, agora, ainda no art. 20, apreciarmos o parágrafo único...

Então, Sr. Presidente, devemos apreciar o parágrafo único do art. 20. E a posição consensual é manter o veto. Portanto, devemos votar “sim”.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, votaremos “sim” ao parágrafo único do art. 20.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Subitem nº 2:

Apreciação do veto ao parágrafo único do art. 20, do Projeto de Lei nº 1.071, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a prestação do serviço de coleta, transporte e entrega de pequenas cargas e documentos, utilizando-se motocicletas ou motonetas, denominado motofrete, e dá outras providências”.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	32



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 04/11/2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): parágrafo único do art 20

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

PROJETO DE LEI Nº(S) 1071/08

Autor: Deputado(a):

Executivo

Relator: Deputado(a):

Raad Massouh

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X				
	BENEDITO DOMINGUES - PP	X				
	BENÍCIO TAVARES - PMDB	X				
	BISPO RENATO - PR	X				
	BRUNELLI - PSC				X	
	CABO PATRÍCIO - PT	X				
	CHICO LEITE - PT				X	
	CLAUDIO ABRANTES - PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB	X				
	DOUTOR CHARLES - PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY - PT	X				
	EURIDES BRITO - PMDB	X				
	GERALDO NAVES - DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ - PMN	X				
	MILTON BARBOSA - PSDB	X				
	PAULO TADEU - PT				X	
	RAAD MASSOUH - DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X				
	REGUFFE - PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB	X				
	RÔNEY NEMER - PMDB	X				
	WILSON LIMA - PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	TOTAL	21			03	

Yas
ASSP

SECRETÁRIO DEP.

Renaud Jorde

ASSP
Nº 1
Fls.º

VOTOS "SIM"	21	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	03		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 21 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Total de votantes: 21

Fica mantido o veto ao parágrafo único do art. 20, do Projeto de Lei nº 1.071, de 2008.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nós queríamos apreciar, no art. 7º, o seu inciso VI.

E a posição consensual é pela manutenção do veto. Portanto, devemos votar “sim”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Subitem nº 3:

Apreciação do veto ao inciso VI, do art. 7º, do Projeto de Lei nº 1.071, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a prestação do serviço de coleta, transporte e entrega de pequenas cargas e documentos, utilizando-se motocicletas ou motonetas, denominado motofrete, e dá outras providências”.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	34



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 04/11/2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): artigo II do art. 7º

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) 1071/08

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): Reuel Massouh

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X				
	BENEDITO DOMINGUES - PP	X				
	BENÍCIO TAVARES - PMDB	X				
	BISPO RENATO - PR	X				
	BRUNELLI - PSC					
	CABO PATRÍCIO - PT	X			X	
	CHICO LEITE - PT					
	CLAUDIO ABRANTES - PPS				X	
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB	X				
	DOUTOR CHARLES - PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY - PT	X				
	EURIDES BRITO - PMDB	X				
	GERALDO NAVES - DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ - PMN	X				
	MILTON BARBOSA - PSDB	X				
	PAULO TADEU - PT					
	RAAD MASSOUH - DEM				X	
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X				
	REGUFFE - PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB	X				
	RÓNEY NEMER - PMDB	X				
	WILSON LIMA - PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	TOTAL	21			03	

Reuel
ASSP

Reuel
SECRETÁRIO DEP.

ASSP
Nº _____
Fls.º _____

VOTOS "SIM"	21	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	03		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 21votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Total de votantes: 21.

Fica mantido o veto ao inciso VI, do art. 7º, do Projeto de Lei nº 1.071, de 2008.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, para encermos o item nº 1 falta apreciarmos o parágrafo único do art. 26.

E a posição consensual é pela derrubada do veto. Portanto, devemos votar “não”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Subitem nº 4:

Apreciação do veto ao parágrafo único do art. 26, do Projeto de Lei nº 1.071, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a prestação do serviço de coleta, transporte e entrega de pequenas cargas e documentos, utilizando-se motocicletas ou motonetas, denominado motofrete, e dá outras providências”.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	36



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 04/11/2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): penúltimo inciso do Art. 26

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S): _____

PROJETO DE LEI Nº(S): 1071/09

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES		X			
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP		X			
	BENEDITO DOMINGUES - PP		X			
	BENÍCIO TAVARES - PMDB		X			
	BISPO RENATO - PR		X			
	BRUNELLI - PSC		X			
	CABO PATRÍCIO - PT		X		X	
	CHICO LEITE - PT		X		X	
	CLAUDIO ABRANTES - PPS		X			
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB		X			
	DOUTOR CHARLES - PTB		X			
	ÉRIKA KOKAY - PT		X			
	EURIDES BRITO - PMDB		X			
	GERALDO NAVES - DEM		X			
	JAQUELINE RORIZ - PMN		X			
	MILTON BARBOSA - PSDB		X			
	PAULO TADEU - PT		X		X	
	RAAD MASSOUH - DEM		X			
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL		X			
	REGUFFE - PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB		X			
	RÔNEY NEMER - PMDB		X			
	WILSON LIMA - PR		X			
	LEONARDO PRUDENTE - DEM		X			
	TOTAL		21		03	

Mário
ASSP

Renato Araújo
SECRETÁRIO DEF.

ASSP
Nº _____ / _____
Fls. ° _____

VOTOS "SIM"	-	VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	21	VETO REJEITADO	<input checked="" type="checkbox"/>
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	03		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 21 votos contrários. Houve 3 ausências.

Total de votantes: 21.

Foi rejeitado o veto ao parágrafo único do art. 26 do Projeto de Lei nº 1.071, de 2008.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 2:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.234, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2010".

O relatório já foi feito.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, há consenso para derrubada dos vetos e votação em bloco aos seguintes artigos: art. 2º, §§ 1º e 2º; art. 5º, II; art. 7º, § 3º; art. 9º, XIX, quadro 20; art. 21, parágrafo único; art.22, §§ 4º, 5º e 6º; art. 28, I, II, III, IV e parágrafo único; art. 54, § 4º; art. 55, §§ 3º e 4º; art. 59; art. 60, I, II, III e parágrafo único; art. 62, *caput*, §§ 1º e 2º; art. 83. Portanto, o encaminhamento é pelo voto "não".

Há 3 artigos em que não há consenso. Nós os votaremos separadamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência informa que, ao apreciar o *caput* dos artigos, os incisos são derrubados.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria apenas de pedir que, após a deliberação dos vetos, seja colocado em votação o projeto do antitabagismo, até porque há pessoas nas galerias. Então, peço que, tão logo termine a deliberação desse conjunto de vetos, V.Exa. o coloque em votação.

Subitem nº 1:

Apreciação, em bloco, dos vetos ao §§ 1º e 2º do art. 2º; Inciso IV do art. 5º; § 3º do art. 7º; Inciso XIX do art. 9º; parágrafo único do art. 21; §§ 4º, 5º 6º do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

art. 22; art. 28; § 4º do art. 54; §§ 3º e 4º do art. 55; art. 59; art. 60; art. 62; art. 83 do Projeto de Lei nº 1.234, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2010”.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	39



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 04/11/2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

- VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): §§ 1º e 2º do art. 2º; inciso II do art. 5º; § 3º do art. 7º; inciso XIX do art. 9º; parágrafo único do art. 21; §§ 4º, 5º e 6º do art. 22; art. 28; § 4º do art. 54; §§ 3º e 4º do art. 55; art. 59; art. 60; art. 62; art. 83.
- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
- PROJETO DE LEI Nº(S) 1.234/09

Autor: Deputado(a): _____ Executivo
Relator: Deputado(a): Rogério Ulysses

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES		X			
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP		X			
	BENEDITO DOMINGUES - PP		X			
	BENÍCIO TAVARES - PMDB		X			
	BISPO RENATO - PR		X			
	BRUNELLI - PSC				X	
	CABO PATRÍCIO - PT		X			
	CHICO LEITE - PT				X	
	CLAUDIO ABRANTES - PPS		X			
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB		X			
	DOUTOR CHARLES - PTB		X			
	ÉRIKA KOKAY - PT		X			
	EURIDES BRITO - PMDB		X			
	GERALDO NAVES- DEM		X			
	JAQUELINE RORIZ - PMN		X			
	MILTON BARBOSA - PSDB		X			
	PAULO TADEU - PT				X	
	RAAD MASSOUH - DEM		X			
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL		X			
	REGUFFE - PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB		X			
	RÓNEY NEMER - PMDB		X			
	WILSON LIMA - PR		X			
	LEONARDO PRUDENTE - DEM		X			
	TOTAL		21		03	

ASSP _____ SECRETÁRIO DEP. Renato Andrade ASSP _____
Fls. ° _____

VOTOS "SIM"	-	VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	21	VETO REJEITADO	X
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	03		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 21 votos contrários. Houve 3 ausências.

Total de votantes: 21.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, solicito a palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Reguffe para declaração de voto.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu votei pela derrubada do veto, mas espero que o Governo não coloque na *Internet* apenas a sua execução orçamentária. Espero que o Governo detalhe cada gasto que sair dos cofres públicos. Devem constar lá o CNPJ ou o CPF do beneficiário, a descrição da despesa, quanto foi gasto e em que foi gasto. Tudo isso deve estar discriminado e explicado. Se isso fosse colocado em prática, seria um grande avanço em termos de cidadania, porque permitiria à população fiscalizar como está sendo gasto cada centavo do dinheiro público — se o Governo comprou em quantidade, se comprou bem, se comprou mal. No dia em que a população tiver essa chance de fiscalizar — e quiser fiscalizar, pois a população às vezes é muito passiva —, nós talvez construamos uma cidade diferente, um país diferente.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (Líder do Governo. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, não houve consenso quanto ao art. 29 do Projeto de Lei nº 1.234, de 2009. O meu encaminhamento à bancada do Governo em relação ao art. 29, parágrafo único, I e II, alíneas "a" e "b", é pela manutenção do veto, vamos votar "sim".

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, não houve consenso quanto a esses 3 artigos. Um deles diz respeito à obrigatoriedade de que a Secretaria de Saúde encaminhe as receitas que formam a base de cálculo estadual e municipal para o cumprimento da Emenda nº 29 e, também, que estabeleça o demonstrativo das despesas apropriadas em ações de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

serviço público de saúde com função, subfunção, programa, ação e título.

Isso significa, Sr. Presidente, dar absoluta transparência à utilização de todos os recursos destinados à saúde. O povo de Brasília merece saber por que a saúde está mergulhada no caos. O povo de Brasília merece saber que o Hospital de Santa Maria, a Real Sociedade Espanhola, acusada de corrupção, contratada sem licitação, já recebeu por volta de 25 milhões, enquanto toda a rede pública recebeu por volta de 13 milhões. O artigo diz respeito a que a população conheça este procedimento e esses recursos. Portanto, achamos que tem que ser derrubado o veto porque controle social e transparência são fundamentais para evitarmos o absolutismo.

No mais, Sr. Presidente, o outro artigo, o art. 48, sobre o qual também não há consenso, diz respeito a que, em decorrência do que está na Lei Complementar Federal nº 131, de 2009, que o Executivo também possa assegurar a transparência mediante a “liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária (...)”. Isso diz respeito tanto às despesas quanto às receitas. Que a população do Distrito Federal tenha pleno conhecimento de toda a utilização dos recursos que são seus. Nós achamos que esse artigo não poderia ter sido vetado. Por isso, estamos trabalhando e votaremos pela derrubada do veto, divergindo da bancada governista.

Por fim, o art. 88 diz respeito à completa transparência da utilização...

Sr. Presidente, eu gostaria que houvesse atenção, inclusive de V.Exa. porque estamos aqui discutindo por que queremos derrubar o veto. Nós estamos falando das despesas da saúde, de receitas e despesas do orçamento do Distrito Federal e, por fim, do artigo que fala da obrigatoriedade do Governo de divulgar para a população o seu gasto com publicidade, que, aliás, já foi por volta de 300 milhões, 3 vezes mais do que se gastou no ano passado.

Portanto, esses 3 artigos, aos quais defendemos a derrubada do veto, dizem respeito à transparência dos recursos do povo do Distrito Federal. Que o povo do Distrito Federal possa saber como se gastam os recursos da saúde, o que e para quem se gasta com publicidade. Que possa saber quais são as receitas e despesas que compõem o Orçamento.

Por isso, Sr. Presidente, em nome da transparência, seguindo a lógica do Governo Federal, que já possibilita absoluta transparência dos seus gastos, votaremos pela derrubada do veto, votaremos “não”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu pensei que fôssemos apreciar um a um os vetos que vamos manter, mas a Deputada já abreviou o processo. Então, eu quero dizer que a posição da bancada do Governo sobre o art. 29, o art. 48 e o art. 88 é de manter os vetos. Portanto, votaremos em bloco esses 3 artigos. Votaremos sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada, eu só quero que V.Exa. me esclareça como ficam os 4 subtítulos constantes dos anexos de metas e prioridades.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, se V.Exa me der licença...

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Estou ouvindo, Deputada.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Nós votaríamos isso e, em seguida, abordaríamos este assunto. Como eles, que estão aqui listados, estão todos repetidos, votaremos em bloco, o que não é o caso agora. Portanto, está sendo atrapalhado. Votaremos em bloco pela manutenção do veto, já que estão repetidos. É o segundo momento.

Estamos agora nos 3 artigos em que bancada do Governo está votando pela manutenção do veto, portanto, "sim", e a bancada da Oposição está votando "não". Depois entraremos nisto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, trata-se de apreciar em bloco os vetos aos arts. 29, 48 e 88. Não há consenso na posição, mas há consenso em apreciarmos em bloco.

A Oposição vota "não", vota em nome da transparência.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu votarei para a derrubada do veto, votarei, também, "não".

Agora, quero apenas dizer duas coisas: a primeira é que eu votarei, neste caso, com o PT, mas quero apenas discordar de um fato porque eu acho que as contas do Governo Federal não são tão transparentes assim também não. A segunda coisa que eu gostaria de dizer é o seguinte: tudo o que diz respeito ao orçamento do Distrito Federal tem que ser público, publicado e transparente. Absolutamente tudo. Tudo o que sair dos cofres públicos, cada gasto do dinheiro do contribuinte, cada centavo do gasto do dinheiro do contribuinte, tem que ser dado ao conhecimento desse contribuinte. Aquele que quiser ter chance, aquele que quiser conhecer, tem que ter o direito de conhecer.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

Por isso, votarei pela derrubada dos vetos.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, até para esclarecer a bancada do Governo, já que eu estou encaminhando o voto: eu não estou levando nenhum dos colegas a esconder da população os gastos do Governo. Nenhum dos vetos, nenhuma manutenção foi feita aqui para esconder o que quer que seja.

Estamos cumprindo, companheiros – posso usar essa palavra –, a Lei de Responsabilidade Fiscal, estamos cumprindo o princípio da transparência, da publicidade. Estejam tranqüilos. Podem votar com tranquilidade, porque gasto nenhum está sendo escondido. E a população terá acesso a todas as contas do Governo.

Portanto, vamos votar “sim”, pela manutenção dos vetos aos arts. 29, 48 e 88. Então, vamos votar, neste caso, nos 3, “sim”, mantendo o princípio da transparência. Nós, também, somos transparentes, honestos, e gostamos e devemos publicizar.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, relativamente à fala do Deputado Reguffe, quando disse que as contas do Governo Federal não são tão transparentes assim, eu vou lhe dizer que muito transparentes lá são os cartões corporativos do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Esses sim são ultratransparentes.

DEPUTADO GERALDO NAVES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de deixar registrado aqui o seguinte: no dia primeiro de novembro de 2009, a *Folha de S.Paulo* publicou que a Caixa Econômica pagou parte da festa de homenagem ao Sr. Toffoli. Pagou R\$ 40.000,00.

A nossa nobre Deputada Erika Kokay é egressa da Caixa Econômica Federal. Ainda é funcionária, mas me disseram que S.Exa., quando funcionária, vivia mais no sindicato do que da Caixa, então não pode falar que é funcionária. É mais funcionária do sindicato - me disseram. A Caixa pagou parte da festa.

Eu gostaria de fazer uma pergunta, e perguntar não ofende: a Caixa Econômica não poderia patrocinar, por exemplo, uma clínica de desintoxicação para os viciados em *crack* que o Governo Federal não apoia? A Caixa Econômica não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

poderia patrocinar uma clínica de repouso para os idosos, ou, talvez, tirar um pouquinho os mendigos, já que essa empresa é lucrativa e que quem a administra é o Governo Federal? Será que não podia? Essa é a minha questão de ordem.

Mas eu só gostaria de deixar bem registrado o que publicou a *Folha de S.Paulo*. É a transparência do PT.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de dizer que a *Folha de S.Paulo* publicou exatamente porque o Governo Federal é absolutamente transparente. Qualquer pessoa pode acionar todas as despesas. Não podemos dizer o mesmo do governo que está, inclusive, orientando a sua bancada. Ele vetou o art. 48, que diz exatamente da possibilidade de a população acessar os gastos. O Governo Federal já exerce a mais profunda transparência.

Segunda coisa: é preciso respeitar muito a história da Caixa Econômica Federal, pois ela é responsável por mais de 1 milhão de habitações neste país, por desenvolvê-lo socialmente e por respeitar seus funcionários também.

Sou, há 28 anos, funcionária da Caixa Econômica Federal. Durante parte grande da minha vida estive liberada para o exercício da atividade sindical como prevê a CLT. Portanto, Sr. Presidente, o fato de eu estar à disposição do sindicato é conquista da classe trabalhadora. Aqueles que têm verdadeira fobia à liberdade sindical deveriam entender que a liberação sindical é prevista em lei e me utilizei dessa liberação de comum acordo com a categoria.

Por fim, digo que perdo a ignorância. Eu perdo a ignorância. Acho que Deus perdoa a ignorância também. Nem todo mundo é obrigado a conhecer todos os dados. Talvez não possamos justificá-la, mas perdoamos a ignorância.

O Governo Federal tem um programa que se chama Programa de Implantação e Manutenção dos CAPS. CAPS significa Centro de Atenção Psicossocial. Há um que se chama CAPS-AD, que é CAPS Álcool e Drogas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada...

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu vou apenas utilizar o mesmo tempo que foi utilizado nas acusações imputadas ao Governo Federal, fruto, decerto, da ignorância, muito mais do que da má-fé.

Sr. Presidente, há CAPS - Centro de Atenção Psicossocial -, CAPS/AD - Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas -, CAPS/ADI - Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas Infantil.

O Governo do Distrito Federal, que devolve todos os anos os recursos de implantação e manutenção dos CAPS, designou, no ano passado, R\$ 10.000,00 para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

construção de CAPS. O Deputado Dr. Charles, que é da área da saúde, sabe bem disso.

Sr. Presidente, perdoemos a ignorância, mas não perdoemos a má-fé. Com Deputados que não conhecem o programa do Governo Federal. Eu já me comprometi, porque generosa sou, generosa sou, a trazer todas as informações na próxima terça-feira. Porque a ignorância nós podemos perdoar...

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Conclua, Deputada, por gentileza.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – A má-fé nós não perdoaremos.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu não poderia deixar de vir falar até porque acho que essas provocações não têm muito fundamento.

O Governo Federal e a Caixa Econômica Federal custeiam, sim, muitas obras, inclusive, de baixa renda, como disse a Deputada Erika Kokay, que trará informações aos Parlamentares que querem se aprofundar nessa questão de área social. S.Exa. também mostrará o que o governo local não fez, porque este não aumentou sequer 5% em relação ao governo passado que critica, o governo do Roriz. Este foi o que mais investiu na área social, não fez...

A Caixa Econômica Federal investiu no *Minha Casa, Minha Vida*, que, inclusive, foi inaugurado lá na Estrutural. Ali vários Parlamentares da base do Governo subiram no palanque na inauguração. Esses recursos foram investidos lá e serão investidos também no Arapoanga, no Itapoã e em vários locais em que o governo local não investiu na área social. Eis onde os recursos da Caixa Econômica Federal estão sendo investidos, Sr. Deputado.

Além disso, V.Exa., semana que vem, receberá todos os investimentos feitos tanto na segurança pública quanto no combate ao tráfico e no tratamento dos dependentes químicos para que V.Exa. possa conhecer esses dados e, inclusive, utilizar a tribuna para elogiar o Governo Federal.

Não é à toa que o Presidente Lula tem quase 90% de aprovação, porque cuida dos mais pobres, dos mais humildes, em vez de cuidar da elite brasileira.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu respondo agora a um consenso da questão levantada pela assessoria da Mesa aos vetos às metas e prioridades constante da LDO de 2010.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

Nós, por consenso, na votação, vamos vetar as seguintes metas e prioridades: no Programa 214, modernização e adequação do SUS/DF, ação 3.307, subtítulo 8.468, porque já estava contemplada em outro projeto; Programa 250, ação 1.827, subtítulo 3.716; Programa 2.420, ação 1.196, subtítulo 7.279; Programa 2.600, ação 1.569, subtítulo 001, Desenvolvimento dos Programas Nacionais de Segurança Pública.

A justificação para a manutenção dos vetos, o que é consenso, é o fato de que as citadas metas e prioridades, inseridas no anexo 1 da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010, estão sendo vetadas por estarem em duplicidade com as metas originalmente encaminhadas no projeto da LDO para 2010. Passo à Mesa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Pode ser votado junto, então.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo aos Parlamentares, pois este debate, que não acaba nunca, sobre o Governo Federal já está cansando.

Estou aqui desde as 14h30 e tenho agora um compromisso, que é a entrega de um Título de Cidadão Honorário de Brasília, às 18h. Então, eu queria fazer um apelo. Se ele não for atendido, peço desculpas, mas vou me retirar e faltará *quorum*. Então, que votemos, pois há hora específica para debate e sugiro que V.Exa. tenha um pouco mais de rigor na condução da sessão, porque todos temos compromissos.

Respeito a opinião de todos. Não quero cercear a palavra de ninguém, mas está cansativo. Eu não poderia deixar de falar isso aqui. Acho que estão brincando demais. É hora de votarmos, porque temos muitos compromissos fora daqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Rogério Ulysses, V.Exa. está com a razão. Os Deputados, hoje, estão mais *faladores*.

Subitem nº 2:

Apreciação dos vetos ao parágrafo único do art. 29, ao § 1º do art. 48 e ao art. 88 do Projeto de Lei nº 1.234, de 2009, que “dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2010”.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	47



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 04/11/2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) AO(S): *parágrafos únicos do art. 29; § 1º do art. 48 e art. 88*

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

PROJETO DE LEI Nº(S) *1234/09*

Autor: Deputado(a):

Executivo

Relator: Deputado(a): *Roberto Ulysses*

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP	X				
	BENEDITO DOMINGUES – PP	X				
	BENÍCIO TAVARES – PMDB	X				
	BISPO RENATO – PR	X				
	BRUNELLI – PSC				X	
	CABO PATRÍCIO – PT		X			
	CHICO LEITE – PT				X	
	CLAUDIO ABRANTES – PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO – PTB	X				
	DOUTOR CHARLES – PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY – PT		X			
	EURIDES BRITO – PMDB	X				
	GERALDO NAVES- DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ – PMN	X				
	MILTON BARBOSA – PSDB	X				
	PAULO TADEU – PT				X	
	RAAD MASSOUH – DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO – PSL	X				
	REGUFFE – PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES – PSB	X				
	RÔNEY NEMER – PMDB	X				
	WILSON LIMA – PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE – DEM				X	
	TOTAL	17	03		04	

ASSP	SECRETÁRIO DEP.	ASSP Nº _____ / _____	Fls. ° _____
VOTOS "SIM"	17	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	03	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	04		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis, 3 votos contrários e 4 ausências.

Total de votantes: 20.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Subitem nº 3:

Apreciação dos vetos aos 4 subtítulos constantes dos anexos de metas e prioridades da LDO.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, apenas para orientação. Estes vetos são técnicos porque são emendas colocadas na LDO que já estavam previstas, portanto estão em duplicidade. Nós temos acordo para manter estes vetos. Apreciaremos em bloco e votaremos "sim".

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, há consenso. A razão da manutenção do veto é técnica porque há repetição. Então, houve consenso para que votemos "sim", pela manutenção dos vetos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	49



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 04/11/2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): Subtítulos do Anexo de Metas e Prioridades

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) 1.234/09

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): Rogério Ulysses

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X				
	BENEDITO DOMINGUES - PP	X				
	BENÍCIO TAVARES - PMDB	X				
	BISPO RENATO - PR	X				
	BRUNELLI - PSC				X	
	CABO PATRÍCIO - PT	X				
	CHICO LEITE - PT				X	
	CLAUDIO ABRANTES - PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB	X				
	DOUTOR CHARLES - PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY - PT	X				
	EURIDES BRITO - PMDB	X				
	GERALDO NAVES - DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ - PMN	X				
	MILTON BARBOSA - PSDB	X				
	PAULO TADEU - PT				X	
	RAAD MASSOUH - DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X				
	REGUFFE - PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB	X				
	RÔNEY NEMER - PMDB				X	
	WILSON LIMA - PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	TOTAL	20			04	

ASSP _____ SECRETÁRIO DEP. Renato Anacleto Bispo Renato ASSP Nº _____ / _____
Fls.º _____

VOTOS "SIM"	20	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	04		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis. Houve 4 ausências.

Fica mantido o veto parcial aos subtítulos do anexo de metas e prioridades do Projeto de Lei nº 1.234, de 2009.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, já concordamos que votaremos o projeto antitabagismo, os requerimentos e as moções, inclusive da Deputada Jaqueline Roriz, mas antes de entrar na votação, enquanto V.Exa. se organiza, se a Deputada Erika Kokay me permite a organização...

Já que S.Exa. me permitiu ser a primeira a falar, eu gostaria de dizer que tenho, como todos os colegas aqui, o maior apreço pelos assessores da Casa. Os assessores do quadro da Casa recebem de todos nós o carinho, o respeito e o reconhecimento pelo trabalho que realizam. Não é dia do assessor, mas todo dia é dia do bom servidor.

Eu queria hoje registrar que entre esses assessores pelos quais nós temos muito respeito, há um que eu aprendi a respeitar muito na Casa, desde a minha participação na CPI dos Combustíveis; aprendi a conhecer, respeitar, e dele passei a gostar. É uma pessoa que eu gostaria de ter na minha assessoria tranquilamente: o Fred, que está aqui. O Fred não está fazendo aniversário, mas hoje é o seu último dia de Câmara Legislativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Por quê?

DEPUTADA EURIDES BRITO – Ele passou no concurso para o Senado Federal e começa a trabalhar lá amanhã. (Palmas.)

Eu não poderia deixar o Fred sair da Casa sem dizer isso a ele. Fred, você é um dos assessores exemplares que qualquer Deputado gostaria de ter, de contar na sua assessoria. Sei que você, no Senado Federal, vai merecer também todo o respeito que merece nesta Casa pela forma competente e pela lhaneza com que trata as pessoas. Você nunca trata alguém de uma forma áspera. É correto, é um protótipo do servidor público.

Muito sucesso para você.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	51

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu permiti a Deputada Eurides Brito falar antes de mim, pois S.Exa. fez questão de ser a primeira a falar sobre a grandeza, sobre a importância, do Fred nesta vida parlamentar.

Eu, como Líder do Partido dos Trabalhadores, falo em nome do Deputado Paulo Tadeu, do Deputado Chico Leite e do Deputado Cabo Patrício, dizendo que agradecemos imensamente a contribuição do Fred. Tudo o que a bancada do Partido dos Trabalhadores fez nesta Casa teve a contribuição dele. Uma contribuição que deu qualidade à nossa intervenção, que deu qualidade à nossa possibilidade de emendarmos quase todos os projetos que aqui chegam.

Então, Fred, nós não estamos aqui apenas lembrando a sua competência, mas também dizemos que perde a Câmara Legislativa e ganha o Senado Federal, ganha o País. Você continuará contribuindo na árdua construção de uma sociedade mais igualitária e mais justa. Mas não é apenas a sua competência, aqui já bem pontuada pela Deputada Eurides Brito. É a sua capacidade, a sua afetividade, o seu compromisso. Há pessoas que têm compromisso transitório. Há pessoas que têm compromisso com a vida, com a igualdade, com a necessidade de uma sociedade em que nós sintamos o cheiro da liberdade, varrendo as casas grandes e senzalas durante toda a vida. Essa pessoa é você.

Eu aqui falo em nome de todos os companheiros do Partido dos Trabalhadores, tanto os assessores quanto os Deputados, para dizer que, para nós, vai ficar na história do Partido dos Trabalhadores nesta Casa e desta Casa a sua contribuição. Que você tenha muita sorte! Que sorte teve o Senado Federal!

Um abraço grande em nome de todos os petistas, e de todos os libertários e democratas, não apenas os petistas desta cidade.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero também fazer a minha saudação ao Fred. Eu quero saudá-lo pelo seu trabalho, fazer minhas as palavras da Deputada Erika Kokay, da Deputada Eurides Brito, e dizer que o Senado Federal ganha um profissional de grande envergadura.

Eu queria, em nome da Presidência desta Casa, Fred, registrar os nossos mais sinceros agradecimentos pela sua permanente colaboração em todos os trabalhos, independentemente de partido.

Eu creio que, em todas as vezes que você foi chamado para discutir sobre assuntos de grande relevância da Casa, as suas contribuições, certamente, aprimoraram muito os projetos que aqui tramitaram e ainda tramitam.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	52

Eu tenho a certeza de que, na primeira oportunidade que tivermos, se o senhor assim o desejar e o Senado Federal liberar, nós o estaremos requisitando para voltar a esta Casa para continuar dando grandes contribuições que sempre tem nos dado.

Muito obrigado.

DEPUTADO AYLTON GOMES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PMN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, conhecendo V.Exa. e sabendo da nobreza do seu coração, peço que inclua na Ordem do Dia o Projeto de Decreto Legislativo nº 61, de 2007, haja vista que esse cidadão tem uma data especial em que quer receber, e ela será o dia 18.

Portanto, eu gostaria que V.Exa. o inserisse na Ordem do Dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO AYLTON GOMES – Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 205 - Suplemento, de 12/11/2009, juntamente com a ata sucinta da 100ª Sessão Ordinária.)

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, somente para lembrá-lo de que há ainda, e que poderiam ser apreciados em conjunto, a moção de autoria da Deputada Jaqueline Roriz, um requerimento que desmembra um projeto de autoria do Poder Executivo em que já há acordo, e o projeto que trata do antitabagismo, em primeiro turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 43:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.127, de 2009, de autoria dos Deputados Alírio Neto e Doutor Charles, que “proíbe o fumo em recintos coletivos públicos ou privados no Distrito Federal e dá outras providências”.

Srs. Parlamentares, a matéria não tem pareceres.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Educação e Saúde sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	53

Foi apresentado um substitutivo e uma subemenda ao referido substitutivo.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação e Saúde ao Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.127, de 2009, de autoria dos Deputados Alírio Neto e Doutor Charles, que “proíbe o fumo em recintos coletivos públicos ou privados no Distrito Federal e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Educação e Saúde, analisamos o substitutivo ao referido projeto, de autoria de vários Deputados, que vem com a assinatura praticamente de toda a bancada.

Por isso, encaminhamos pela aprovação, com a rejeição da Subemenda Modificativa nº 1.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Rôney Nemer para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rôney Nemer, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer ao Projeto de Lei nº 1.127, de 2009, de autoria dos Deputados Alírio Neto e Doutor Charles, que “proíbe o fumo em recintos coletivos públicos ou privados no Distrito Federal e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, perante a juridicidade, legalidade e constitucionalidade, acato este projeto na forma do substitutivo apresentado, rejeitando a Subemenda Modificativa nº 1, de autoria do Deputado Raad Massouh.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da CCJ. Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Geraldo Naves está me perguntando por que rejeitei a subemenda do Deputado Raad Massouh.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	54

Eu a rejeitei porque acho que, em ambiente fechado, não deve haver cigarro. Tem que haver respeito entre as pessoas e a liberdade das pessoas de não fumarem. É muito importante dizer que existem mecanismos que sugam a fumaça, mas até que suguem... Eu que tenho um nariz mais avantajado sei bem o que é isso.

Então, na verdade, eu sou totalmente contra o fumo em ambientes fechados. Que as pessoas procurem lugares livres onde seu direito de fumar — que eu reconheço legítimo — não prejudique o meu direito que é o de não fumar. Não quero ser fumante passivo. Por isso, o meu parecer foi pela rejeição da subemenda.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de destacar essa subemenda.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A emenda já está destacada.

DEPUTADO GERALDO NAVES – É lógico que nós defendemos o combate ao fumo, não resta a menor dúvida disso. Nós vamos defender e vamos continuar defendendo. Sabemos que é prejudicial à saúde. Mas será que estamos fazendo a coisa certa não respeitando o fumante atual, aquele que como eu — confesso — é incapaz de parar de fumar neste momento?

Não defenderei que ninguém fume. Mas todos os fumantes precisam ser respeitados, precisam ter um espaço destinado a eles, sim! Porque eles estão aí não é de agora, é de muito tempo. Ali atrás, em manifestação, existe um senhor que fumou durante 45 anos e parou agora. Ele é um vitorioso e está se manifestando contra o fumo. Mas pergunte a ele se ele não acha que deveria haver um espaço, pergunte aos comerciantes que estão preparados no Distrito Federal com um espaço para atender os fumantes. Ou será que todo fumante agora é portador de uma doença? Ou será que o fumante agora é um doente mental para ser discriminado? Nós temos que respeitar o comerciante que está aí há muitos e muitos anos. Nós precisamos respeitar o fumante também.

Você acha que algum fumante oferece cigarro para o seu filho? Claro que não. Você acha que eu sou fumante porque quero? Não. Há quantos anos eu fumo? Será que eu não poderei ir ao restaurante “x” porque lá não existe um espaço para que eu possa fumar? Eu vou ter que ir para o meio da rua? É? Está bom. Se for esse o conceito da Câmara Legislativa, se for discriminatório, eu sinto muito. Eu sinto muito, é preconceituoso!

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO GERALDO NAVES – Mas essa postura o senhor não teve aqui com os homossexuais. Então, o senhor me respeite como fumante porque da mesma forma nós somos brasileiros, cidadãos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	55

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, registro, em primeiro lugar, que é extremamente meritório que se faça o combate ao fumo. O que não se pode é invadir o direito das pessoas de, num local apropriado, fumarem.

A emenda trata disso. A emenda destaca os locais onde se pode fumar. E tem que se lembrar aqui de que realmente o cigarro é uma droga, mas é uma droga legal, como é a bebida. Então, a partir de agora, fica proibido beber. A venda é lícita. Eu até acho que nós temos todo o direito de combater o tabagismo.

Ao contrário do Deputado Geraldo Naves, que se diz impossibilitado de parar de fumar, eu quero dizer que eu paro de fumar na hora em que eu quiser, mas não é a Câmara Legislativa... Eu não dou nem à Câmara Legislativa, nem a governo nenhum direito de dizer se eu posso ou não parar de fumar. Isso sou eu, está certo?

Mas o que não podemos é desconhecer o projeto. A emenda do projeto estabelece os locais onde se poderá fumar, respeitando o direito daqueles que não desejam fumar. É só não ir ao fumódromo. Agora, querer tutelar a vontade das pessoas de fumar ou não. E querem copiar porque São Paulo já tem. Realmente, meus amigos, nós vamos ingressar num o outro reino.

Então, eu gostaria de deixar registrado aqui que apoio todas as medidas que objetivam desestimular o fumo, e mais: aquelas que procuram fazer com que o direito do não fumante seja respeitado, mas, da mesma forma que deve se respeitar o direito do não fumante, que se respeite também o direito do fumante no local apropriado.

O Deputado Geraldo Naves está trazendo aqui, parece-me, eu não tive a oportunidade de ler, que há uma declaração de inconstitucionalidade desta lei do Estado de São Paulo, que os nossos nobres colegas tentam trazer para Brasília, como se nós não tivéssemos a possibilidade de criar, nós só tivéssemos a possibilidade de copiar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu creio no seguinte: todos nós somos favoráveis às leis antitabagismo, todos nós. Todos nós temos, também, consciência de que não é a proibição do fumo em restaurantes, em bares ou em espaços coletivos que vai fazer com que os fumantes parem de fumar. E todos nós sabemos de certa medida que o fumo é uma droga que provoca dependência, portanto é difícil largar o cigarro.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	56

É bom que as pessoas não comecem a fumar para que não tenham depois que viver a desigualdade de velocidade entre a consciência e a estrutura. A consciência sempre caminha muito mais rápido que a estrutura. A consciência nos aponta e nós todos sabemos e temos consciência de que fumar faz mal. Mudar a estrutura é um processo mais lento. Isso não se dá apenas com o fumo.

Quando nós queremos evitar que se fume em bares e restaurantes, na minha concepção, nós queremos respeitar o direito do não fumante de ser obrigado a fumar, porque quando alguém fuma ao lado de outra pessoa, aquela pessoa passivamente está fumando.

A subemenda não assegura o direito do não fumante. Não assegura, porque ela possibilita o fumo em varandas. Fumo em varandas não assegura que os não fumantes não fumem sem querer. Ela fala em locais específicos. Locais específicos, onde vai se servir comida ou bebida, vai atingir os profissionais, portanto ela não assegura o direito do não fumante de não ser submetido à vontade do outro; uma vontade que inclusive faz mal.

Acho que temos que se assegurar o direito do fumante de fumar, desde que ele não prejudique absolutamente ninguém. As emendas apresentadas não asseguram esse direito. Então, eu sugeriria que nós pudéssemos apreciar, no dia de hoje, em primeiro turno, apenas o projeto a fim de que pudéssemos maturar outra subemenda, talvez, para assegurar o direito de quem quiser prejudicar a sua própria saúde, porque não consegue mudar a sua estrutura.

Portanto, o argumento de que a subemenda assegura o direito dos fumantes, sem prejudicar os não fumantes, não é verdadeira, porque, varanda leva a fumaça para quem não quer; fumar em um local específico onde haverá profissionais também possibilita que esses profissionais se submetam a isso.

Então, eu sugeriria que nós pudéssemos aprovar o projeto, hoje, em primeiro turno, e trabalhássemos a possibilidade de assegurar o direito dos fumantes, como em alguns aeroportos do mundo, onde realmente se assegura o direito dos fumantes de fumar sem prejudicar absolutamente ninguém. Para isso, é preciso um equipamento tecnológico que não existe aqui no Brasil. Eu nunca vi.

Portanto, eu sugeriria que nós pudéssemos aprovar o projeto, em primeiro turno, e que deixássemos essa discussão, pela polêmica que carrega, para depois mas, se aprovarmos uma emenda, que seja uma emenda que não prejudique o não fumante.

Por fim, quero dizer que aprovamos um projeto nesta Casa que proíbe qualquer tipo de discriminação às pessoas acometidas de transtornos mentais. A pessoa com transtorno mental não pode ser discriminada, porque nenhum tipo de patologia ou psicopatologia é maior do que o ser humano. O fumo é caracterizado como transtorno mental, sim. É uma dependência. Se há dependência, há transtorno e psicopatologia que tem que ser tratada. Vamos descer das nossas arrogâncias, nós



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	57

que somos fumantes, e vamos nos submeter aos tratamentos necessários para que paremos de fumar.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu respeito a opinião de todos nesta Casa e eu também gostaria que a minha fosse respeitada.

Eu tenho uma visão um pouco mais radical do que a de alguns Deputados que me antecederam e defenderam esse projeto. Eu defendo, sim, o projeto aprovado na cidade de São Paulo. Em minha opinião, o que é bom tem que ser copiado, sim. Assim como a questão da nota fiscal eletrônica, assunto sobre o qual apresentei um projeto nesta Casa. Penso que o que é bom tem que ser copiado, sim. A população merece.

Creio que o direito de um termina quando começa o do outro. O fumante tem que ter o direito de fumar, claro. Se ele quer fumar, se ele quer estragar a sua saúde, tem todo o direito. Agora, vá fumar ao ar livre; não em ambientes fechados.

Portanto, eu acho que o fumante tem todo o direito de fumar, mas ao ar livre. Agora, obrigar uma pessoa que é não fumante a ter que fumar junto com o fumante não é correto. Essa é uma questão que eu vejo com ótica diferente daqueles que me antecederam. Eu acho que essa é uma questão de saúde pública. Estão aí os gastos da rede pública de saúde com pessoas com câncer, devido ao tabagismo.

Então, eu penso que, se as pessoas querem fumar, nenhum problema, mas fumem ao ar livre. Agora, querer que o não fumante fume junto com o fumante, isso não é certo; não é correto. O direito de um termina quando começa o do outro.

Outra coisa que eu quero dizer. Aqui se falou muito sobre a questão do álcool. Eu defendo, inclusive, a restrição da propaganda do álcool na televisão. Eu sei que isso desagradará a muitas redes de televisão, a muitos meios de comunicação, mas eu defendo a restrição, inclusive, da propaganda da cerveja nos meios de comunicação, porque isso faz com que muitos jovens que não bebem passem a beber.

Então, quanto à questão do cigarro, eu volto a dizer que o direito de um termina quando começa o direito do outro. Sr. Presidente, o fumante tem todo o direito de fumar, mas não pode obrigar o não fumante a fumar junto com ele. Isso não é correto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	58

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria dizer que várias pessoas estão fazendo um manifesto, mas nenhuma delas leu a subemenda na íntegra. A maioria não leu. Eu afirmo que de nenhuma maneira sou favorável ao tabagismo. Contudo, ficou demonstrado tecnicamente ser possível a separação dos ambientes. Não se trata de determinar o ambiente a que o garçom tenha de ir, mas de haver um local separado para o fumante. Então, só irá àquele local quem vai fumar, ninguém vai trabalhar lá.

Com toda a honestidade, acho que, a partir do momento em que se comprova tecnicamente que pode haver um local separado para o fumante, não podemos excluí-los. Isso com a suposta defesa do tabagismo, sob pena de exercer discriminação ao cidadão que compra um produto lícito e que é licenciado pela própria ANVISA.

Cada um tem uma forma de pensar, mas teria sido bom se a maioria que se pronunciou tivesse lido a subemenda antes de fazer o pronunciamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de dizer, principalmente para a bancada do fumo, que esta discussão é parecida com a discussão da proposição sobre desarmamento. Alguns Parlamentares se manifestam como se essa questão se referisse à retirada de direitos, e isso não é verdade. Ninguém aqui está proibindo as pessoas de utilizar o cigarro ou as obrigando a parar de fumar. Agora, não podemos querer que quem não fuma ou nunca fumou — eu, por exemplo, nunca utilizei cigarro, nunca fumei — seja fumante passivo. Posso ser fumante passivo. Quase 80% dos cânceres são oriundos do tabagismo. O terceiro percentual de mortes evitáveis é o de fumantes passivos.

Nós podemos economizar muitos recursos na saúde se essa lei for aprovada. Não é o momento de discutir se essa lei é constitucional ou inconstitucional ou se em São Paulo ela foi declarada inconstitucional. A Câmara Legislativa tem autonomia para debater essa legislação, para aprová-la. Depois as pessoas que se sentirem prejudicadas poderão correr atrás do prejuízo. Eu, por exemplo, já recebi telefonemas de pessoas dos sindicatos de bares e restaurantes e até de panificadoras que querem discutir. Agora, permitir que as panificadoras tenham permissão de vender e que as pessoas façam ali uso do cigarro...

Deputado Raad Massouh, permitir isso em alguns lugares é complicado. Sabemos que, quando entramos em restaurantes, mesmo em áreas de não fumantes acabamos fumando passivamente porque essas áreas são ocupadas pelas pessoas que fumam. Se não houver uma fiscalização eficiente e exemplar, as pessoas vão continuar fumando. Não dá para continuarmos fazendo esse discurso. Vou continuar defendendo que essa lei seja aprovada do jeito que foi constituída, sem emendas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	59

Ouvimos pessoas da área da saúde que militam nessa área não só no Brasil, mas no exterior há mais de 20 anos e que sabem as consequências, as causas e as formas de evitar. Vou defender que votemos aqui em primeiro e segundo turnos. Sabemos que o *lobby* será pesado se não votarmos hoje em primeiro e segundo turnos, principalmente o *lobby* dessas instituições. E não adianta vir com discurso de que haverá desemprego, porque a existência do cigarro ou a perda de vidas ou o gasto com dinheiro na saúde não gerarão empregos.

Continuo defendendo a aprovação do projeto da forma como foi constituído, ouvindo-se os militantes da saúde e sem nenhuma emenda.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Charles.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, foi aprovada uma subemenda igual a essa lei apresentada na legislatura passada. A lei ficou do mesmo tamanho, não resolveu em nada o que se precisava. Se aprovarmos essa subemenda, não há por que votarmos essa lei. Não acontecerá nada de melhor para as pessoas. Aqueles que não conseguem parar de fumar seriam exemplos para essa lei. Quanto mais o adolescente vê as pessoas fumando mais quer fumar.

Então, temos de votar essa lei na íntegra para que as pessoas possam ser preservadas. Não existe exaustor que consiga eliminar o ar poluído do cigarro. Não existe! Nós estamos lá. As pessoas da área de saúde, sejam brasileiras, sejam internacionais, têm provado tudo isso.

O cigarro, o fumo mata mais do que as doenças cardiovasculares e o câncer. Ora, gente, o dinheiro gasto, os recursos gastos para tratar essas pessoas poderiam ser utilizados em outras áreas da saúde para beneficiar realmente o povo brasileiro! Não adianta estar em lugar separado porque o garçom, quando for servir na área de fumantes, será contaminado. A nicotina é tão perniciosa que vicia mais de 80% das pessoas que a experimentam.

Sou absolutamente favorável a que votemos hoje o primeiro e o segundo turnos, definitivamente, para extirpar esse mal que leva as pessoas do nosso país a terem doenças e perderem a vida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO RAAD MASSOUH - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito verificação de *quorum*.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Após a apreciação do parecer da Comissão de Constituição e Justiça, faremos a verificação de *quorum*.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	60

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CCJ está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A subemenda foi destacada. Ressalvado o destaque, vamos discutir em primeiro turno. Antes, porém, atendendo a solicitação do Deputado Raad Massouh, procederemos à verificação de *quorum*.

O Sr. Secretário procederá à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2009	16h35min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	61

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Verifica-se que não há *quorum* para deliberação. Há apenas 11 Deputados em Plenário.

Eu queria convidar os funcionários desta Casa, bem como os Deputados, para irem ao fumódromo de manhã cedo ou à noite, quando não há ninguém fumando, para sentir o odor que existe lá. As plantas e as paredes estão contaminadas.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já chega o que aturamos no cafezinho, nas reuniões.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h10min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 216-Suplemento, de 27/11/2009.